
EXERCÍCIO DE DESCONSTRUÇÃO DOS PRESSUPOSTOS CONCEITUAIS DA COMPETITIVIDADE ORGANIZACIONAL

Rosivaldo de Lima Lucena¹, José de Arimatéia Dias Valadão²

¹ *Universidade Federal da Paraíba* - rosivaldolucena@gmail.com

² *Universidade Federal de Lavras* - jose.valadao@dae.ufla.br

RESUMO

Neste ensaio, intencionamos desconstruir, à luz dos binários competição/cooperação, mercado/sociedade e humanização/desumanização no ambiente de trabalho, alguns pressupostos teóricos do construto competitividade organizacional. Para tanto, lançamos mão de argumentos de autores críticos organizacionais. Constatamos que o referido construto apresenta distorções em seu arcabouço teórico, principalmente se levarmos em conta que os processos de gestão das organizações devem ter como um dos seus objetivos a equidade socioeconômica. Com isso, entendemos que, ao supervalorizar a dimensão econômica, a rapidez dos processos, a minimização dos custos, dentre outros fatores, a competitividade acaba por contribuir diretamente para a desumanização no ambiente de trabalho.

PALAVRAS-CHAVE

Organização; Competitividade; Desconstrução; Binários; Estudos Críticos.

EXERCISE OF DECONSTRUCTION OF THE CONCEPTUAL ASSUMPTIONS OF ORGANIZATIONAL COMPETITIVENESS

ABSTRACT

In this essay, we intend deconstruct some theoretical construct of organizational competitiveness under the light of the binary competition/cooperation, market/society and humanizing/dehumanizing existing in the workplace. To do so, we employ arguments critical organizational authors. We found that this construct presents distortions in its theoretical framework, especially taking into account that the management processes of organizations should have as one of its objectives the socio-economic equity. With that, we understand that overvalue the economic dimension, the speed of processes, minimizing costs, among other factors, the competitiveness ultimately contributes directly to the dehumanizing workplace.

KEYWORDS

Organization; Competitiveness; Deconstruction; Binary; Critical Studies.

ESTUDOS CRÍTICOS ORGANIZACIONAIS

Autores como Machado-da-Silva e Fonseca (2010), Wood Júnior e Caldas (2007), Zaccarelli (1995) e Mariotto (1991) destacam que o tema competitividade recebe ênfase central nos ambientes acadêmicos e organizacionais de hoje. Conforme expõem tais estudos, a competitividade geralmente é vista como um fator altamente positivo, sendo cada vez mais objeto de críticas nos estudos organizacionais brasileiros.

Essas críticas se dão, pois, uma análise das organizações que se guiam pela lógica da competitividade, seja no meio acadêmico, seja no ambiente organizacional, permiti-nos vislumbrar várias lacunas no seu arcabouço conceitual: supervalorização da lucratividade, obsessão pelo cumprimento de metas e prazos, alienação do ser humano, desconsideração da natureza humana no ambiente de trabalho, dentre outros fatores.

Corroborando esta visão, Aktouf (2002, p. 44) argumenta que

A infinita maximização econômica tornou-se, acompanhada da crença na corrida pela 'vantagem competitiva', uma espécie de dogma, de padrão de pensamento, e de ação, em quase todos os domínios – desde negócios e economia até governança e política econômica de países inteiros. Tudo parece voltado a ser estratégico e competitivo.

Nessa linha, até a década de 1980 os estudos em Administração foram, predominantemente, constituídos de uma perspectiva funcional e essencialmente prescritivos (BERTERO; CALDAS; WOOD JÚNIOR, 1999; DAVEL; ALCADIPANI, 2003). Havia, até certo ponto, uma unanimidade em dizer que o movimento da era moderna foi caracterizado pela globalização dos mercados e crescimento das organizações, pelo rápido avanço de tecnologias de comunicação e

informação, pelas mudanças ocorridas das indústrias de manufatura para as indústrias de serviços, da espetacularização da sociedade e crescimento da cultura de massa e da mudança com relação à natureza do trabalho e da pluralidade cultural. A competitividade se tornou, desse modo, central nessa perspectiva funcionalista.

Neste contexto, o discurso sobre competitividade organizacional tornou-se hegemônico, como se esta fosse uma panacéia para todos os problemas organizacionais. Mas estudiosos como Baudrillard, Lyotard, Foucault e Nietzsche destacaram a emergência de outros temas como a natureza das pessoas, da realidade, da linguagem, da argumentação contra grandes narrativas, que caracterizou a inserção do pós-modernismo no contexto da ciência atual. A partir dessas perspectivas, muitos estudos têm surgido na tentativa de contrapor às ideias hegemônicas do paradigma positiva funcionalista. Alguns, sob a denominação de estudos críticos, têm ganhado cada vez mais espaço na academia, dentre elas na academia brasileira (VIEIRA; CALDAS, 2006; MISOCZKY; ANDRADE, 2005; PECI; ALCADIPANI, 2006; DAVEL; ALCADIPANI, 2003; GUERREIRO RAMOS, 1989; PAULA et al, 2010).

Os estudos críticos, baseado nessa concepção pós-moderna, têm argumentado que “é impossível mostrar as coisas como realmente são, senão a partir da perspectiva de como elas deveriam ser” (VIEIRA; CALDAS, 2006, p. 60). Baseando-se na exploração das capacidades transformativas do mundo social, os estudos críticos têm buscado, a partir desse “dever ser”, identificar os empecilhos que dificultam as práticas das minorias e impedem a emancipação humana. Com isso, “não se trata

apenas de criticar a teoria dominante, mas de indicar as bases de transformação, de emancipação que são inerentes a um contexto histórico, político e social específico” (MISOCZKY; ANDRADE, 2005, p. 193).

Para Alvesson e Willmott (1992b, p. 433), os estudos críticos devem ser resistentes aos conceitos e padrões estabelecidos pela condição moderna. Para esses autores a emancipação abrange um processo constante de “autodeterminação individual e coletiva”. Ou seja, como disseram Peci e Alcadipani (2006), faces ocultas, estruturas de controle e de dominação e as desigualdades devem ser reveladas para possibilitar novos horizontes aos sujeitos envolvidos nas organizações.

Desse modo, convém destacar alguns pressupostos dos estudos críticos organizacionais. Primeiro, especialmente a partir dos trabalhos seminais de Alberto Guerreiro Ramos (1983), que tem se baseado na crítica a ciência domesticada, fundamentada na reprodução não criativa e distanciada do nosso tempo-espço e dos nossos problemas; incapaz de oferecer soluções apropriadas e emancipatórias; e crítica ao mercado como forma dominante de organização da vida social.

Segundo, dos trabalhos de Maurício Tragtenberg (1974) que tem baseado na teoria da Administração como uma ideologia, controle e poder repressivo.

Terceiro, Fernando Cláudio Prestes Motta (MOTTA; VASCONCELOS, 2002), com ênfase numa perspectiva emancipatória dos indivíduos como sujeitos históricos nos Estudos Organizacionais e que, também por sua vez, desenvolveu estudos sobre burocracia, poder e tecnologia, educação e, mais tarde, sobre cultura, criticou o esforço constante e sistemático das teorias administrativas

dominantes em fundir racionalidade substantiva e instrumental em prol da dominação sobre o indivíduo (VIEIRA; CALDAS, 2006).

Quarto, bem como estudos de Alvesson e Willmott (1992), numa perspectiva limitante e limitada de microemancipação; e de Adler (2002), num enfoque emancipatório convergente com a proposta dos referidos autores brasileiros, a temática dos Estudos Críticos ganhou força e relevância na Academia de Administração no Brasil e no exterior.

Assim, tentando desconstruir, com base nos postulados de Derrida (2010), o conceito de competitividade organizacional, o presente ensaio elenca e analisa argumentos propostos por autores críticos organizacionais, tendo em vista realçar as limitações e as contradições subjacentes aos pressupostos conceituais do construto competitividade organizacional. Adotamos, neste ensaio, a seguinte conceituação para Estudos Críticos Organizacionais: “aqueles orientados para a emancipação, a transformação, a práxis da solidariedade, para um projeto mundial de libertação das formações sociais periféricas e dos seus habitantes, tendo como referência final e valor universal a primazia da vida” (MISOCZKY; ANDRADE, 2005, p. 207).

Neste contexto, intentamos empreender neste ensaio uma apreciação, calcada em autores críticos organizacionais, acerca da competitividade organizacional enquanto categoria analítica e decisória tomada atualmente, em largo espectro, como panacéia para (quase) todos os problemas organizacionais.

**PÓS-MODERNISMO, DESCONSTRUÇÃO E
COMPETITIVIDADE ORGANIZACIONAL**

Para Lyotard (2006, p. xvi), “simplificando ao extremo, considera-se ‘pós-moderna’ a incredulidade em relação aos metarrelatos”. (...) O “saber pós-moderno (...) aguça a nossa sensibilidade para as diferenças”, ou a “tendência para o contrato temporário em todas as áreas da existência humana: a ocupacional, a emocional, a sexual, a política – laços mais econômicos, flexíveis e criativos que os da modernidade”.

Adicionalmente, para Lengler, Vieira e Fachin (2002, p. 86)

As metanarrativas são esquemas histórico-filosóficos criados pela era moderna para explicar e legitimar os movimentos sociais. Em lugar das metanarrativas, sugerem os pós-modernistas, estão as ‘narrativas modestas’, que não têm a pretensão de explicação do mundo, ou de validações externas, mas são válidas internamente nas comunidades de onde brotam.

Destas considerações decorre o entendimento de que os conceitos, ao menos sob a ótica pós-modernista, devem ser analisados e interpretados levando em consideração outros olhares e vozes, ao contrário do discurso hegemônico que permeia os estudos acadêmicos sobre competitividade organizacional.

Neste momento, cabe uma indagação: por que a intenção de desconstruir um conceito que a literatura da área de administração estratégica consolidou como discurso hegemônico para administradores e acadêmicos? Primeiro, porque o enfoque pós-moderno e sua significação permitem-nos acreditar que o conceito de competitividade organizacional e sua prática encerram significados não

revelados, guardando em si um conjunto de atores e vozes marginalizados.

Segundo, porque Derrida (2010) nos ensina que toda palavra, predicado, conceito e significação léxica é passível de desconstrução. Terceiro, conforme argumentam Lengler, Vieira e Fachin (2002), se considerarmos como verdadeiros os argumentos pós-modernos de indivíduo e mundo fragmentados, heterogêneos, pluralistas, contraditórios e efêmeros, como aceitar fórmulas cartesianas e predeterminadas de classificação de comportamentos?

Como se verá mais adiante, o conceito de competitividade organizacional foi erigido prioritariamente sobre os interesses dos empresários e acionistas, embora o discurso destes seja no sentido de afirmar que os consumidores e a sociedade como um todo são beneficiados com o aumento do grau de competitividade entre as empresas no mercado (AKTOUF, 2002).

A perspectiva pós-modernista de pesquisa utiliza-se de múltiplos enfoques e métodos, oriundos de diversas perspectivas teóricas, da filosofia à literatura, perpassando a semiótica e a hermenêutica, para o estudo dos fenômenos sociais. Nessa perspectiva do pós-modernismo, todos os estímulos são simultaneamente aceitos. O pós-modernismo não se limita ao desconstrutivismo como técnica, apesar desta ter sido considerada especialmente útil em seu projeto de compreensão do mundo. A análise do discurso e as genealogias foucaultianas também são utilizadas (CALAS; SMIRCICH, 1999).

A visão de mundo da pesquisa pós-moderna é essencialmente diferente do modelo modernista. A epistemologia da pós-modernidade focaliza *tudo* ao analisar um fenômeno, sem deixar qualquer elemento de

fora do cenário – mesmo que este não seja central no discurso. A desconstrução, como forma de ‘leitura’, analisa as particularidades de um texto julgando de forma crítica seus significados. Assim, buscamos identificar o que está nas entrelinhas, reconhecendo elementos obscurecidos pela força do discurso dominante (LEGLER; VIEIRA; FACHIN, 2002).

Desconstrução não quer dizer destruição. Quer dizer desmontar, para analisar e entender o real sentido do significante, as entrelinhas e os elementos subjacentes ao discurso que, quase sempre, têm a voz do contador da história (BOJE; DENNEHY, 1993). Neste ensaio, tomaremos como roteiro procedimental a proposta de desconstrução elaborada por Stern (1996a; 1996b), discípula de Derrida, por meio Para tratarmos do tema competitividade, é inevitável recorrermos à sua origem histórica, no campo da Biologia. De acordo com Mayr (2008), quando muitos indivíduos pertencentes à mesma ou a várias espécies diferentes dependem do mesmo recurso limitado, pode ocorrer uma situação denominada competição.

A competição entre espécies diferentes é um dos fatores controladores do tamanho de populações concorrentes e, em casos extremos, pode ocorrer a extinção de uma delas. Conforme Mayr (2008), Darwin descreveu este processo em *A Origem das Espécies*, relatando casos de espécies de plantas e animais nativos da Nova Zelândia desaparecidos em função da introdução de competidores europeus no local. “Os indivíduos da flora e da fauna da Nova Zelândia, por exemplo, são perfeitos quando comparados entre si, embora atualmente estejam cedendo terreno ante a legião invasora dos vegetais e animais importados da Europa” (DARWIN, 2006, p. 267).

Uma retrospectiva histórica pelos diversos campos disciplinares evidencia que, da Biologia,

da qual é feita uma leitura aproximada do texto, usando-se a *praxis* da nova crítica – *close reading* – para analisar os significados e expor seus paradoxos e os elementos não revelados, utilizando-se de atributos da linguagem, influências históricas e suposições culturais do texto. O procedimento dá-se pela exposição intertextual, pelo rompimento das hierarquias, pelo desmantelamento dos binários – entendendo ‘binários’ como construções bipolares de termos e relações antagônicas, como apresentados por Boje e Dennehy (1993) –, revelando relações de poder e enfrentando a limitação dos significados presentes no texto.

A CONSTRUÇÃO DO SIGNIFICADO DE COMPETITIVIDADE ORGANIZACIONAL.

o termo competição migrou para o ambiente organizacional. Provavelmente, essa transição decorreu das influências da lógica de investigação das Ciências Naturais sobre a constituição das Ciências Sociais, sob inspiração das propostas conceituais de Augusto Comte (BENOIT, 2006).

Nessa transição da Biologia para a Sociologia, conforme Morgan (1996), emerge a ideia da organização como organismo vivo, uma das metáforas propostas por este autor para a compreensão e gestão desse tipo de empreendimento humano.

No caso particular do ambiente empresarial, o conceito de competição transmutou-se em competitividade, assim definida por Mariotto (1991, p. 51):

A competitividade de uma empresa pode ser compreendida como a capacidade da empresa de explorar, em seu proveito, a estrutura e os padrões de concorrência do mercado em que atua (ou quer atuar) e, assim, conseguir rentabilidade a longo prazo.

Conforme se pode constar, inicialmente o conceito de competitividade foi aplicado à gestão das empresas privadas. Contudo, paulatinamente, ao longo das décadas de 1980 e 1990 – inicialmente nos países capitalistas centrais e depois nos países de economia capitalista periférica -, houve, sob a égide da lógica neoliberal, uma migração gradual do conceito de competitividade para as entidades do Primeiro Setor (entes públicos ou estatais) e do Terceiro Setor da Economia (ONGs, Instituições Filantrópicas, Fundações, dentre outras) (AKTOUF, 2002).

A DESCONSTRUÇÃO DO SIGNIFICADO DE COMPETITIVIDADE ORGANIZACIONAL: IDENTIFICAÇÃO E RECONCILIAÇÃO DOS BINÁRIOS

Cabe-nos, aqui, desconstruir o significado de competitividade organizacional. Esta etapa envolve a desconstrução da noção simplista que se supõe estar subjacente ao conceito e à prática da competitividade organizacional, frente a proposta reducionista de Porter (1999). Por desconstrução queremos dizer sobre as múltiplas maneiras em que o significado de competitividade pode ser interpretado (BOJE, 2001). Conforme dito por Boje (2001), a desconstrução possibilita relevar os pressupostos ideológicos que os conceitos trazem consigo e que, de uma maneira ou de outra, suprimem interesses de alguns membros ou de grupos inteiros marginalizados.

A desconstrução, para Boje (2001), é permitida na medida em que os binários que compõe os termos são identificados. Os binários serão elementos de análise que permitirão a comparação e revelação daquilo que é marginalizado no conceito, trazendo à tona elementos oprimidos pela prática do discurso dominante (BOJE; DENNEHY, 1993). A desconstrução é uma forma de tomar posição,

em relação à estrutura política e institucional. Derrida (1983, *apud* Stern, 1996b) ressalta que, como essa desconstrução nunca é unicamente relacionada ao conteúdo expresso e seu significado, ela não deveria ser separada da problemática político-ideológica que a envolve.

Um ponto importante a destacar, neste momento, é que o uso da desconstrução como procedimento de pesquisa em estudos organizacionais ainda é um procedimento raro. Dos poucos trabalhos que se utilizaram do referido método, cabe mencionar os de Lengler, Vieira e Fachin (2002) e Cavedon e Lengler (2005).

As análises de desconstrução apresentadas neste ensaio versam sobre os seguintes binários:

- (i) Competição/cooperação;
- (ii) Mercado/sociedade e;
- (iii) Humanização/desumanização no ambiente de trabalho.

BINÁRIO COMPETIÇÃO/COOPERAÇÃO

Pela sua própria natureza conceitual, a competitividade, diante de um ambiente de escassez de recursos, estimula nas pessoas e nas organizações uma busca em que alguns são vencedores, enquanto outros são perdedores. Para Santos (2011, p. 25-34), a humanidade tem sido comandada pela competitividade:

Nos últimos cinco séculos de desenvolvimento e expansão geográfica do capitalismo, a concorrência toma o lugar da competição. A concorrência atual não é mais a velha concorrência, sobretudo porque chega eliminando toda forma de compaixão. A competitividade tem a guerra como norma. Há, a todo custo, que vencer o outro, esmagando-o, para tomar seu lugar. Os últimos anos do século XX foram emblemáticos, porque neles se realizaram grandes concentrações, grandes fusões, tanto

na órbita da produção como na das finanças e da informação. Esse movimento marca um ápice do sistema capitalista, mas é também indicador de seu paroxismo, já que a identidade dos atores, até então mais ou menos visível, agora finalmente aparece aos olhos de todos.

Isso pode ser visto com nitidez em ambientes profissionais tais como mercado financeiro e bolsa de valores. Similarmente, em mercados de disputa organizacional de alta competição, por exemplo, em empresas intensivas em tecnologia, a rivalidade entre os participantes do mercado toma proporções de disputa inimaginável.

Sobre esta realidade, assim se pronuncia Aktouf (2002, p. 46), ao analisar o porterismo (propostas teóricas de Michael Porter):

De fato e sem nuances, o porterismo preconiza uma competitividade generalizada e uma corrida às vantagens competitivas, que não são complementares, equilibradas, visando um bem estar social recíproco, inscritas na duração, na preocupação de uma homogeneidade. Ao contrário, são egoístas, imediatistas, com um estado de espírito definitivamente belicoso. Porter fala de afrontamentos, mesmo nas zonas ditas de livre comércio.

Ante o exposto, constatamos que o discurso hegemônico da competitividade, tanto entre profissionais, quanto entre organizações, valoriza em demasia a disputa acirrada entre tais atores, tendo em vista a sobrevivência e a perpetuação destes nos ambientes em que eles atuam.

Porém, a própria Biologia nos dá exemplos de relações entre seres vivos que cooperam para sobreviver e se reproduzir: mutualismo, simbiose, dentre outros. Mesmo no ambiente organizacional de hoje existem mecanismos por meio dos quais as organizações cooperam, tendo em vista objetivos comuns: alianças

estratégicas, *joint ventures*, consórcio de pequenas empresas, arranjos produtivos locais e redes de empresas. Para Capra (2006, p. 193) “a vida é muito menos uma luta competitiva pela sobrevivência do que um triunfo da cooperação e da criatividade. Na verdade, desde a criação das primeiras células nucleadas, a evolução procedeu por meio de arranjos de cooperação e de co-evolução cada vez mais intrincados”.

Assim, ao contrário do que apregoam os defensores da competitividade organizacional, concluímos que a competição não é o único mecanismo de sobrevivência e crescimento para pessoas e organizações. Em verdade, os adeptos desta postura apenas defendem o que seria o lado ‘positivo’ deste construto, omitindo, em suas propostas teóricas, o que seria o lado ‘negativo’ da competitividade.

BINÁRIO MERCADO/SOCIEDADE

Uma ideia central do modelo teórico da competitividade organizacional apregoa que o mercado auto-regulado é uma categoria basilar para o bom uso dos recursos finitos numa sociedade (PORTER, 1999). Porém, uma análise meticulosa desta assertiva, à luz da proposta de alguns autores, evidencia o quão falacioso é essa afirmação.

Vejamos, por exemplo, o que diz França Filho (2010, p. 194) sobre o papel do mercado no contexto das sociedades contemporâneas:

O impasse vivido pelas sociedades contemporâneas diz respeito não ao esgotamento do modelo de mercado, mas precisamente à sua insuficiência enquanto modo de regulação sócio-econômico. O modelo não está esgotado pela sua importância institucional atual, ou seja, ele organiza e estrutura a vida (direta ou indiretamente) de uma parcela expressiva da população mundial, mas, por outro lado, é

insuficiente pelo seu próprio caráter excludente, sua incapacidade de absorver o conjunto das pessoas que necessitam de trabalho, refletida numa lógica de assimilação da força de trabalho como um insumo; portanto, um custo, passível de minimização para o objetivo de maximização da riqueza produzida. Inventar-se, assim, um sistema sócio-econômico capaz de aumentar a riqueza produzida prescindindo da inclusão do sujeito humano. Tal fato não constitui uma opção do sistema, mas sim sua própria condição de necessidade diante da lógica de adequação meios-fins operante. Além disso, tal modelo apresenta uma grave limitação que está relacionada aos impactos e conseqüências ambientais do planeta face à sua lógica intrínseca de crescimento econômico.

Como resposta alternativa aos problemas gerados pela perspectiva exposta no parágrafo anterior, no intuito de deslocar a ênfase produtiva para além do mercado, Guerreiro Ramos (1989, p. 178) assim se pronuncia sobre o binário mercado/sociedade:

[...] a qualidade e o desenvolvimento de uma sociedade não resultam apenas das atividades desses sistemas centrados no mercado. Qualidade e desenvolvimento resultam também de uma variedade de produtos, distribuídos através de processos alocativos que não representam troca. A avaliação da eficácia desses processos alternativos e de seus ambientes sociais envolve mais do que uma contabilidade direta de fatores de produção. Sua contribuição para a viabilidade do conjunto social não pode ser determinada numa estrutura convencional de custo/benefício. Esses sistemas, normalmente, não podem funcionar, a menos que sejam financiados por subvenções.

A nosso ver, à luz dos argumentos expostos por França Filho (2010) e Guerreiro Ramos (1989), o mercado não é o único enclave a gerar oportunidades de trabalho e riquezas numa sociedade. Poderíamos dizer que existe entre ambos, inclusive, uma inextricável conexão. Latour (2001, p. 30) disse que “vivemos num

mundo híbrido feito ao mesmo tempo de deuses, pessoas, estrelas, elétrons, usinas nucleares e mercados; cabe a nós transformá-lo em "desordem" ou em "todo orgânico", num cosmos (...) cosmopolítica". Daí a nossa crítica aos defensores da competitividade como forma hegemônica a guiar a regulação do mercado numa sociedade.

BINÁRIO HUMANIZAÇÃO/DESUMANIZAÇÃO NO AMBIENTE DE TRABALHO

Ao supervalorizar a dimensão econômica, a rapidez dos processos, a minimização dos custos, dentre outros fatores, a competitividade acaba por contribuir diretamente para a desumanização no ambiente de trabalho.

Técnicas de gestão como reengenharia de processos, terceirização de atividades e *downsizing* são exemplos de procedimentos apresentados pelos defensores da competitividade como *modus operandi* para o eficiente uso de recursos.

Contudo, conforme Aktouf (2002, p. 44):

[...] pode-se ressaltar que os cavalos de batalha típicos do porterismo são as famosas estratégias genéricas das quais ele se faz apóstolo: o posicionamento por liderança em custos e o posicionamento pela diferenciação, que (...) resumem-se inelutavelmente em políticas de redução massiva de mão-de-obra.

Adicionalmente, Sennett (2009) argumenta que a cultura do novo capitalismo contribui para a erosão do caráter dos indivíduos, ao solapar o comprometimento, a auto-estima e a solidariedade no ambiente de trabalho e na vida em sociedade.

O USO DOS BINÁRIOS COMO CRÍTICA À COMPETITIVIDADE ORGANIZACIONAL

Conforme exposto anteriormente, os binários por nós escolhidos permite-nos tecer uma série de críticas ao construto competitividade organizacional.

No tocante ao primeiro binário – competição/cooperação – constatamos que o discurso hegemônico da competitividade, tanto entre profissionais, quanto entre organizações, valoriza em demasia a disputa acirrada entre tais atores, tendo em vista a sobrevivência e a perpetuação destes nos ambientes em que eles atuam.

Em relação ao segundo binário – mercado/sociedade – conforme pode ser constatado a partir da crise que se abateu sobre a economia mundial em meados de 2008 (e seus desdobramentos posteriores) há que se ter uma ação efetiva dos governos no sentido de regular os mercados, pois estes, atuando ao seu bel-prazer, tendem a privilegiar uns poucos, em termos de poder e ganhos financeiros, em detrimento da maioria da população, que fica relegada, quando muito, a uma condição de sobrevivência estrita.

No que tange ao terceiro binário – humanização/desumanização no ambiente de trabalho – constatamos que o uso de técnicas de gestão como reengenharia de processos, terceirização de atividades e *downsizing* são exemplos de procedimentos apresentados pelos defensores da competitividade como *modus operandi* para o eficiente uso de recursos. E que estas técnicas são ferramentas centrais para a redução de empregos em diversos setores da economia.

Embora não contemple toda a complexidade do fenômeno por nós aqui analisado, acreditamos

que a conjugação dos argumentos elencados nos três parágrafos anteriores nos permitem verificar o quão negativo têm sido, para as pessoas, os excessos impostos pelo culto exacerbado à competitividade, seja nas organizações, seja na sociedade como um todo, nos dias de hoje.

CONCLUSÕES

Conforme argumentado ao longo deste ensaio, intencionamos desconstruir, a partir dos binários competição/cooperação, mercado/sociedade e humanização/desumanização no ambiente de trabalho, alguns pressupostos teóricos da competitividade organizacional.

Tomando como substrato teórico os argumentos de autores críticos organizacionais tais como Alberto Guerreiro Ramos, Omar Aktouf, Richard Sennett e Genauto Carvalho de França Filho, propomos apontar limitações no discurso hegemônico da competitividade, particularmente em relação aos binários destacados no parágrafo anterior. E com isso enfatizar, mesmo que de maneira parcial, que existe ‘um outro lado’ para ser descortinado.

Primeiro que, embora a competição seja um conceito inerente à vida biológica, em termos sociais, a competitividade foi ‘naturalizada’ como uma luta desenfreada, em que uns poucos ganham, especialmente em termos econômicos, em detrimento da maioria da população.

Segundo, essa ‘naturalização’ impregnou diretamente o ensino das *business schools*, impactando no processo de formação de novos gestores. A este respeito, veja-se o caso emblemático do autor Michael Porter, eleito em 2015 pela revista Forbes como o ‘guru’ mais importante do ambiente empresarial nos EUA,

mas que cuja empresa de consultoria pediu falência em 2012. Contraditório, não? Ele ensina as outras empresas a competir, e é incapaz de tornar a própria empresa competitiva/sobrevivente no mercado.

Terceiro, em decorrência do culto à competição exacerbada no ambiente de trabalho, estimula-se uma cultura individualista, em que os funcionários se digladiam tendo em vista 'agregar mais valor' à empresa, a saber, reduzir os custos e aumentar os lucros da organização

em que trabalham. Assim, ficam em segundo plano valores como cooperação, diálogo, transparência e solidariedade, que, a nosso ver, poderiam propiciar um ambiente laboral mais humanizado.

Por fim, gostaríamos de apontar a necessidade de que outros ensaios desconstrutivos desta natureza sejam elaborados, enfatizando as graves distorções que existem no (ainda) dominante discurso da competitividade nos estudos organizacionais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADLER, Paul. Critical in the name of whom and what? **Organization**, v. 9, n. 3, p. 387-395, 2002.

AKTOUF, Omar. Governança e pensamento estratégico: uma crítica a Michael Porter. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 42, n. 3, p. 43-53, jul./set. 2002.

ALVESSON, M.; WILLMOTT, H. (Eds.). **Critical management studies**. London: Sage, 1992a.

ALVESSON, M.; WILLMOTT, H. On the idea of emancipation in management and organization studies. **Academy of Management Review**, v. 17, n. 3, p. 432-464, 1992b.

BERTERO, Carlos Osmar; CALDAS, Miguel Pinto; WOOD JR., Thomaz. Produção científica em administração de empresas: provocações, insinuações e contribuições para um debate local. **Rev. adm. contemp.** v. 3, n. 1, p. 147-178, Apr. 1999.

BENOIT, Leila Oliveira. **Augusto Comte: Fundador da Física Social**. 2. ed. São Paulo: Moderna, 2006.

BOJE, M. D. **Narrative methods for organizational and communication research**. London: Sage, 2001.

BOJE, D., DENNEHY, R. **Managing in the postmodern world: America's revolution against exploitation**. Dubuque: Kendall/Hunt Publishing, 1993.

CALAS, M.B., SMRICICH, L.: Past postmodernism? Reflections and tentative directions. **Academy of Management Review**, v. 24, n. 4, p. 649-71, 1999.

CAPRA, Fritjof. **A Teia da Vida: uma nova compreensão científica dos seres vivos**. São Paulo: Cultrix, 2006.

CAVEDON, Neusa Rolita; LENGLER, Jorge Francisco Bertinetti. Desconstruindo Temas e Estratégias da Administração Moderna: Uma Leitura Pós-Moderna do Mundo de Dilbert. **Organizações & Sociedade**, Salvador, v.12, n.32, p. 105-119, jan./mar. 2005.

DARWIN, Charles. **A origem das espécies**. São Paulo: Martin Claret, 2006.

DAVEL, Eduardo.; ALCADIPANI, Rafael. Estudos críticos em administração: a produção científica brasileira nos anos 1990. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 43, n. 4, p. 72-85, out./dez 2003.

DERRIDA, Jacques. **Deconstruction: what is it?** Disponível em: <<http://www.humanitas.ucsb.edu>>. Acesso em: 03 jan. 2010.

FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho de. Decifrando a Noção de Paraeconomia em Guerreiro Ramos: a Atualidade de Sua Proposição. **Organizações & Sociedade**, Salvador, v.17, n.52, p. 175-197, jan./mar. 2010.

GUERREIRO RAMOS, Alberto. **Administração no Contexto Brasileiro: esboço de uma teoria geral da administração**. Rio de Janeiro: Ed. da FGV, 1983.

_____. **A Nova Ciência das Organizações**. 2. ed. Rio de Janeiro: Ed. da FGV, 1989.

LATOURE, Bruno. **A Esperança de Pandora**: ensaios sobre a realidade dos estudos científicos. São Paulo: Edusc, 2001.

LENGLER, Jorge Francisco Bertinetti; VIEIRA, Marcelo Milano Falcão; FACHIN, Roberto da Costa. Um Exercício de Desconstrução do Conceito e da Prática de Segmentação de Mercado Inspirado em Woody Allen. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 42, n. 4, p. 84-92, out./dez. 2002.

LYOTARD, Jean-François. **A Condição Pós-Moderna**. Rio de Janeiro: José Olímpio, 2006.

MACHADO-DA-SILVA, Clóvis L.; FONSECA, Valéria Silva da. Competitividade Organizacional: uma Tentativa de Reconstrução Analítica. **Revista de Administração Contemporânea**, Curitiba, Edição Especial 2010, art. 2, p. 33-49.

MARIOTTO, Fábio L. O Conceito de Competitividade da Empresa: Uma Análise Crítica. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 31, n. 2, p. 37-52, abr./jun. 1991.

MAYR, Ernest. **Isto é biologia**: a ciência do mundo vivo. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

MISOCZKY, Maria Ceci; ANDRADE, Jackeline Amantino de. Uma crítica à crítica domesticada nos estudos organizacionais. **Revista de Administração Contemporânea (RAC)**, Curitiba, v. 9, n.1, p.193-211, jan./mar. 2005.

MORGAN, Gareth. **Imagens da organização**. São Paulo: Atlas, 1996.

MOTTA, Fernando C. P.; VASCONCELOS, Isabela F. G. **Teoria Geral da Administração**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2002.

PAULA, Ana Paula Paes de *et al.* A tradição e a autonomia dos Estudos Organizacionais Críticos no Brasil. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 50, n. 1, p. 10-23, jan./mar. 2010.

PECI, Alketa; ALCADIPANI, Rafael. Demarcação científica: uma reflexão crítica. **Organizações & Sociedade**, Salvador, v.13, n. 36, p. 145-161, jan./mar 2006.

PORTER, Michael E. **Competição – on competition**: estratégias competitivas essenciais. 5 ed. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

TRAGTENBERG, Mauricio. **Burocracia e ideologia**. São Paulo: Ática, 1974.

SANTOS, Milton. **Por uma Outra Globalização**: do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: BestBolso, 2011.

SENNETT, Richard. **A Corrosão do Caráter**. 14. ed. Rio de Janeiro: Record, 2009.

STERN, Barbara. Textual analysis in advertising research: construction and deconstruction of meanings. **Journal of Adverstising**, v. XXV, n. 3. Fall, 1996(a).

_____. Deconstructive strategy and consumer research: concepts and illustrative exemplar. **Journal of Consumer Research**, v. 23. Sept. 1996(b).

VIEIRA, Marcelo Milano Falcão.; CALDAS, Miguel. Pinto. Teoria Crítica e Pós-Modernismo: Principais Alternativas à Hegemonia Funcionalista. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 46, n. 1, p. 59-70, jan/mar. 2006.

WOOD JÚNIOR, Thomaz; CALDAS, Miguel Pinto. Empresas Brasileiras e o Desafio da Competitividade. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 47, n. 3, p. 66-78, jul./set. 2007.

ZACCARELLI, Sergio Baptista. A Nova Ideologia da Competição. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 35, n. 1, p. 14-21, jan./fev. 1995.

AUTORES

Rosivaldo de Lima Lucena,

Professor Adjunto do Departamento de Administração da Universidade Federal de Federal de Paraíba (UFPB).

José de Arimatéia Dias Valadão

Professor Adjunto do Departamento de Administração e Economia da Universidade Federal de Lavras (UFLA).